

13/04/2017 - Telesíntese

3.225 Municípios brasileiros têm Backhaul de fibra

Anatel divulga o mapa dos municípios com backhaul de fibra óptica e pede aos provedores regionais que atualizem seus dados



A divulgação do mapa dos municípios brasileiros com backhaul de fibra óptica, que abrange 3.225 mu-

nicipios, pela Anatel tem um objetivo, que vai além da transparência das informações para a sociedade. Se for aprovado o PLC 79, que permite trocar as concessões de telefonia fixa por autorizações, a agência vai ter que definir onde as concessionárias terão que realizar os

investimentos em rede de alta velocidade. E, para isso, a agência precisa de informações atualizadas e confiáveis, até para não colocar dinheiro público onde já existe infraestrutura privada, o que é uma preocupação dos provedores regionais que construíram suas redes com recursos próprios.

Segundo técnicos da agência, por mais que se tenha avançado na atualização dos dados sobre as redes de telecom existentes no país, há falhas no que diz respeito à infraestrutura de backhaul. Isto porque muitos provedores regionais não informam adequadamente seus dados por várias razões, inclusive tributárias. Minimizam o número de clientes para não apontar o faturamento real para permanecerem no Simples (faturamento até R\$ 3,6 mi-

lhões) e serem tributados neste regime fiscal, não informam os dados da rede até para não se revelarem aos competidores, etc.

Só que, se o PLC 79 for aprovado, muda o cenário. Os provedores regionais poderão ser prejudicados se não fornecerem à Anatel as informações corretas sobre o backhaul, pois o planejamento de investimento das operadoras (ex-concessionárias) com o dinheiro resultante das obrigações decorrentes da migração (bens reversíveis, diferença de fluxo de caixa da concessão para a autorização e saldo das metas de universalização) poderá incluir trechos onde os provedores regionais já têm rede de fibra óptica.

Para consultar o mapa clique aqui:

<http://migre.me/wrYYC>

12/04/2017 - Telesíntese

Apenas 5% dos fundos de telecomunicações são usados para sua finalidade

TCU aponta a necessidade de maior controle e transparência sobre a utilização desses recursos

Recursos dos fundos das telecomunicações originalmente destinados a cobrir despesas específicas estão sendo desviados a outras finalidades, conforme verificou auditoria operacional, realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Do elevado montante arrecadado – R\$ 85,4 bilhões – e fiscalizado pela Corte de Contas, entre 1997 e 2016, observou-se que menos de 5% dos recursos foram destinados às atividades de fiscalização dos serviços de telecomunicações, 14% foram redirecionados a outros fundos, e 81% dos valores foram utilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em diversas ações, sendo algumas mapeáveis, outras não.

Para o TCU, é necessário um

maior controle e transparência sobre a utilização desses recursos. Dessa forma, além das determinações e das recomendações para correção de rumos, o trabalho cumpre um papel adicional de subsidiar o Congresso Nacional no aprimoramento dos marcos legais que envolvem o setor e no aperfeiçoamento das políticas públicas.

“Impende registrar que não foi constatada qualquer irregularidade em virtude da utilização dos recursos dos fundos em finalidades distintas das que foram designadas quando de sua criação, uma vez que as desvinculações foram autorizadas pela legislação.

Leia mais em:

<http://migre.me/wrZ7x>

12/04/2017 - Convergência Digital

Governo vai vetar nova carteira de identidade, mas TSE ficará com os dados

Vai por água abaixo a proposta de um novo documento de identidade que unifique os diferentes registros dos cidadãos. Em que pese o Senado ter aprovado o PLC 19/17 (antes PL 1775/15, na Câmara), criado justamente com esse objetivo, o relator da proposta no Plenário, Antonio Anastasia (PSDB-MG) avisou que serão vetados quatro pontos do texto.

“O governo, em tratativas com os diversos segmentos interessados e também aqui com os senadores, apresentou uma nota técnica, apontando que, por acordo, inclusive de acordo com o nosso Líder do Governo, Senador Jucá, irá apor alguns vetos ao art. 4º, §1º; ao art. 5º, §2º e inciso I, alínea ‘c’; ao art. 8º; e ao art. 10º”. A redação fi-

nal aprovada pelo Senado pode ser conferida aqui.

São exatamente os trechos da proposta que tratam do novo Documento de Identificação Nacional, nova versão de um plano que existe desde 1997, quando foi aprovada a primeira lei sobre o assunto (Lei 9.454) com a previsão de que os diferentes ‘números’ da relação dos brasileiros com o Estado seriam concentrados no que a lei chama de “número único de registro”.

Segundo o gabinete do senador Anastasia, a justificativa apresentada pelo líder do governo na Casa, Romero Jucá, envolve evitar novas despesas com a emissão do novo documento. Leia mais em:

<http://migre.me/wrZ6X>

13/04/2017 - Telesíntese

93% dos brasileiros são contra o desmonte da Previdência

A pesquisa CUT-Vox Populi mostrou, ainda, que aprovação de Temer despencou para 5%

A aprovação de Temer como presidente (5%) cai na mesma velocidade em que aumenta o número de brasileiros contrários à reforma da Previdência (93%) e a terceirização (80%), revela pesquisa CUT-Vox Populi.

Segundo o levantamento, 65% dos brasileiros avaliam negativamente o desempenho de Temer como presidente - 5% consideraram positivo e 28% regular. Em dezembro do ano passado, os índices foram 55% negativo, 32% regular e 8% positivo.

No Nordeste, o desempenho de Temer como presidente continua afundando: 78% negativo, contra 4% positivo. O maior índice positivo (6%) que ele conquistou foi no Sudeste, onde tem 59% de negativo. No Sul, negativo (62%) e positivo (5%) e no Centro-Oeste-Norte, negativo (57%) e positivo (5%).

Para presidente da CUT, Vagner Freitas, a piora da avaliação do desempenho de Temer como presidente em todas as Regiões do País, em especial no Sudeste, Região que teve mais

apoiadores do golpe de Estado, demonstra que a população percebeu que o golpe foi contra a classe trabalhadora.

“Até agora, nenhuma medida do Temer visou crescimento econômico, geração de emprego e renda, ou combate à fome e a miséria. Ele só propõe desmonte: da aposentadoria, da CLT, dos direitos trabalhistas e venda do patrimônio público”, argumenta Vagner.

Para o dirigente, Temer perdeu o debate na sociedade, apesar do investimento milionário em propagandas, e, agora, tudo que faz só contribui para fortalecer a mobilização para a greve geral de 28 de abril.

Desmonte da aposentadoria e terceirização

As medidas de desmonte da aposentadoria, 65 anos de idade mínima e 25 anos de contribuição, são reprovadas por 93% dos brasileiros ouvidos em todos os Estados e no Distrito Federal. Apenas 5% concordam com as medidas e 2% são indiferentes.

O maior percentual dos que discordam das medidas foi encontrado na Região que mais apoiou o golpe de Estado, o Sudeste (94%), seguidas das Regiões Centro-Oeste/Norte (93%), Nordeste (92%) e Sul (91%).

Outras medidas de Temer que reprovadas pela população foram o congelamento dos gastos públicos, em especial de saúde e educação nos próximos 20 anos, reprovadas por 83% dos entrevistados; e a aprovação da ampliação da terceirização para todos os setores da economia, reprovada por 80% dos brasileiros.

A pesquisa CUT-Vox Populi foi realizada entre os dias 6 e 10 de abril. Foram ouvidas 2 mil pessoas com mais de 16 anos em 118 municípios de áreas urbanas e rurais de todos os Estados e do Distrito Federal, em capitais, regiões metropolitanas e no interior. A margem de erro é de 2,2%, estimada em um intervalo de confiança de 95%.

13/04/2017 - CUT

Reforma Trabalhista destrói a CLT

Temer quer o trabalhador brasileiro entre os mais pobres e explorados do mundo



Para quem não acreditava que o golpe foi contra os trabalhadores e contra o Brasil, o projeto de reforma trabalhista não deixa dúvida. O objetivo desta reforma é promover uma completa flexibilização do mercado de trabalho, acabando com direitos que hoje estão garantidos em lei e que foram conquistados à custa de muitas lutas.

O projeto de lei propõe, de uma só vez:

- trocar o emprego “fixo” pelo “bico”,
- impedir os trabalhadores de recorrerem à

Justiça do Trabalho

- e enfraquecer e matar os sindicatos.

A intenção é eliminar o emprego formal com registro em carteira, substituindo-o por contrato precário, por prazo determinado, sem benefícios, jornadas de trabalho maiores do que 44 horas semanais, sem direito a hora extra, sem férias e sem descanso semanal remunerado.

Em algum tempo, os postos de trabalho atuais serão substituídos por vagas de emprego precário, terceirizado, temporário e em tempo parcial, com baixos salários e direitos reduzidos. Serão substituídos também por contratos de trabalho intermitente, sem jornada definida, no qual o trabalhador recebe apenas o pagamento pelas horas trabalhadas, sem saber quando e por quanto tempo vai trabalhar, nem quanto vai receber no final do mês. O empregado fica a maior parte do seu tempo à disposição do patrão, mas só recebe pelas

horas efetivamente trabalhadas.

Se essa reforma de trabalho servil for aprovada, o povo brasileiro ficará sujeito às piores condições de trabalho, com baixos salários e sem benefícios, completamente exposto a exploração dos patrões e a uma vida de instabilidade e insegurança.

Essa é a cara do trabalho no Brasil, que o governo Temer e o Congresso querem impor aos trabalhadores e à sociedade. Esse será o triste futuro dos nossos filhos e netos num país de enorme desigualdade social e sem sindicatos para defendê-los.

Por isso que o Brasil está se mobilizando para a Greve Geral no dia 28 de abril

São Paulo, 13 de Abril de 2017
Vagner Freitas
Presidente



13/04/2017 - Rede Brasil Atual

Vox Populi: 93% são contra reforma da Previdência. Aprovação de Temer cai a 5%

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, a piora da avaliação do desempenho do governo Temer em todas as regiões do país demonstra que a população percebeu que o golpe foi contra a classe trabalhadora

Nova pesquisa CUT/Vox Populi indica que a aprovação de Michel Temer como presidente cai na mesma velocidade em que aumenta o número de brasileiros contrários à reforma da Previdência e à terceirização irrestrita em todos os níveis das empresas. Segundo o levantamento, apenas 5% dos brasileiros consideram o governo Temer positivo – 65% avaliam seu desempenho negativamente e 28%, regular. Em dezembro do ano passado, no último levantamento do instituto, os índices foram de 55% de avaliação negativa, 32% regular e 8% positiva.

No Nordeste, o desempenho de Temer como presidente é considerado ainda pior: 78% negativo, ante 4% positivo. Regionalmente, o maior índice positivo registrado pela pesquisa foi no Sudeste, com 6%, frente a 59% de negativo. Na região Sul, os números foram: negativo 62% e positivo, 5%; no Centro-Oeste e Norte, 57% e 5%, respectivamente.

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, a piora da avaliação do desempenho do governo Temer em todas as regiões, em especial no

Sudeste, onde o golpe parlamentar que destituiu Dilma Rousseff e o levou ao poder teve mais apoiadores, demonstra que a população percebeu que, por trás da ideia de combate à corrupção para justificar o impeachment da presidenta, tratava-se de um ataque contra a classe trabalhadora.

“Até agora, nenhuma medida do Temer visou crescimento econômico, geração de emprego e renda, ou combate à fome e a miséria. Ele só propõe desmonte: da aposentadoria, da CLT, dos direitos trabalhistas e venda do patrimônio público”, afirma Vagner.

Para o dirigente, Temer perdeu o debate na sociedade, apesar do investimento milionário em propaganda oficial, e tudo que faz só contribui para fortalecer a mobilização para a greve geral de 28 de abril convocada pelos movimentos sociais e sindicais.

Aposentadoria e terceirização

As medidas de desmonte da aposentadoria – como a idade mínima e o alongamento do prazo de contribuição –, são reprovadas por 93% dos brasileiros ouvidos pelo Vox Populi

em todos os estados e no Distrito Federal. Apenas 5% concordam com as medidas propostas e 2% se disseram indiferentes.

O maior percentual dos que discordam da reforma da Previdência também foi encontrado na região que mais apoiou o golpe, o Sudeste (94%), seguido de Centro-Oeste e Norte (93%), Nordeste (92%) e Sul (91%).

Outras medidas de Temer reprovadas pela população foram o congelamento dos gastos públicos, em especial de saúde e educação nos próximos 20 anos – reprovadas por 83% dos entrevistados – e a ampliação da terceirização do trabalho para todos os setores da economia, reprovada por 80% dos brasileiros.

A pesquisa CUT-Vox Populi foi realizada entre os dias 6 e 10. Foram ouvidas 2 mil pessoas com mais de 16 anos, em 118 municípios de áreas urbanas e rurais de todos os estados da federação e do Distrito Federal, em capitais, regiões metropolitanas e no interior. A margem de erro é de 2,2%, estimada em um intervalo de confiança de 95%.

14/04/2017 - RBA

Carf e Itaú: o escândalo do financismo que a mídia não mostra

Oligopólios dos jornais e televisão se "esqueceram" de noticiar um escândalo de R\$ 25 bilhões na esfera do Ministério da Fazenda

A seletividade e a parcialidade com que os grandes meios de comunicação tratam as decisões de política econômica em nossas terras são impressionantes. Apesar de já estarmos habituados a essa forma peculiar de (des)tratar a realidade do dinheiro e dos negócios, a cada nova semana parece que as “famíglie” da grande imprensa tentam se esmerar ainda mais nessa busca incansável pelo absurdo.

No mesmo dia em que enchem as telas e páginas com informações privilegiadamente vazadas de forma criminosa pelo Ministério Público e pelo Judiciário a respeito da delação premiada de Marcelo Odebrecht, os oligopólios dos jornais e televisão se esquecem de noticiar um escândalo de R\$ 25 bilhões na esfera do Ministério da Fazenda. No mesmo dia em que, mais uma vez, entulham os leitores com as ameaças lançadas por Meirelles e Temer a respeito de uma suposta catástrofe nacional caso a Reforma Previdência não venha a ser aprovada, as empresas de Marinho, Civita, Frias, Mesquita e altri não mencionam uma peculiar decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

(CARF).

Você aí ficou brav@ por ter a tua Declaração de Imposto de Renda mais uma vez retida na malha fina pela Receita Federal? O que foi que aconteceu agora? A empresa onde você trabalha não enviou adequadamente o valor total de salários que te pagou no ano passado? Faltou um dígito do CPF no recibo do dentista de teus filhos? Aqueles gastos com dependentes não foram incluídos no formulário adequado? Esquece! O governo deve estar muito ocupado para recuperar as centenas de bilhões de reais da dívida previdenciária causada por um punhado de grandes grupos empresariais. Ou ainda montando um sem número de forças tarefa para irem atrás dos mais de R\$ 500 bilhões que são sonegados sistematicamente a cada novo ano fiscal. Não dá mesmo para ficar perdendo tempo e atender esses pequenos contribuintes que não têm como discutir com a máquina da arrecadação.

Leia mais em:

<http://migre.me/wrZs9>

16/04/2017 - Carta Capital

João Sicsú: Quem são os donos do golpe

Desde a sua concepção até a sua execução diária, há cristalinos interesses econômicos no golpe em curso. Os interesses econômicos não são simples participantes dentro do movimento político do golpe; tais interesses são dirigentes, são a bússola do golpe.

Muitos interesses e diferentes atores compuseram o movimento do golpe de 2016. Há golpistas de primeiro escalão, são aqueles que estão pilotando a agenda econômica do governo de Michel Temer. Há também golpistas de segundo escalão, que têm interesses ora atendidos e ora contrariados. E, existiu o terceiro escalão, que já foi até descartado.

Já foi descartada a classe média que apoiou o golpe acreditando num novo governo sem corruptos e que promoveria o crescimento econômico. A Fiesp e a Firjan, entre outros patos, estão naquele grupo intermediário que ganha alguma coisa e, ao mesmo tempo, têm boa parte de seus estímulos públicos solapados. Na proa do golpe estão os banqueiros, as multinacionais e os interesses rentistas.

O empresariado produtivo brasileiro, as multinacionais e os bancos ganharam com a aprovação da terceirização ilimitada. Mas o empresariado produtivo brasileiro perdeu com

a mudança das regras de conteúdo nacional (na cadeia de petróleo e gás). E perdeu também com a mudança do ordenamento que garantia baixas taxas de juros nos financiamentos do BNDES.

A mudança da regra de conteúdo nacional e o desmonte do BNDES são ganhos para as multinacionais. E mais: recente decreto (no 8.957) do governo federal (aliás, muito pouco divulgado pela mídia desinformadora) escancarou as portas da economia brasileira para as empresas estrangeiras.

Esse decreto associado à lei 4.131/1962 permitirá que empresas estrangeiras obtenham créditos e garantias junto aos bancos públicos para realizar investimentos em áreas agora consideradas de "alto interesse nacional". Entre os setores indicados no novo decreto estão: telecomunicações de qualquer natureza, têxtil, petróleo e gás natural (compreendendo a exploração e a produção de

hidrocarbonetos e toda a sua cadeia produtiva), serviços de turismo, saúde, educação e comércio. Ganharam (muito) as multinacionais com o novo decreto.

Além disso, a primeira mudança de grande impacto do governo golpista atendeu imediatamente os interesses rentistas quando aprovaram a PEC que limita todos os gastos do governo, exceto os pagamentos de juros da dívida pública. Garantiram ao rentismo, portanto, uma polpuda reserva dentro orçamento público por vinte anos.

Multinacionais estão abocanhando ativos da Petrobras e o pré-sal – e ganhando com a destruição da indústria naval nacional e das empreiteiras brasileiras. E avançam sobre a indústria nacional da carne e sobre reservas minerais (ouro, por exemplo) e naturais. Mais: as multinacionais vão poder comprar grandes extensões de terras brasileiras.

Leia mais em: <http://migre.me/wrZAv>

15/04/2017 - Altamiro Borges

Quem vai juntar os cacos do Brasil?



Esta pergunta já foi título de outra coluna aqui no 247. Isso quando a marcha da Lava Jato, buscando a deslegitimação do sistema político (objetivo defendido pelo próprio Sergio Moro naquele seu tão citado artigo louvando a Mãos Limpas) indicava que o Brasil acabaria se espatifando. Na marcha insana

contra o PT e contra Lula, em nome da moralidade os desastres foram se sucedendo até chegarmos ao momento atual: feriu-se a democracia com um golpe, desorganizou-se a economia com a posse de um presidente ilegítimo e a adoção de uma política econômica equivocada para o momento recessivo e, finalmente, o sistema político foi implodido. E agora, o que propõem os que conduziram a detonação? Quem apontará e viabilizará a saída política pela democracia, pelas eleições gerais ou pelo estabelecimento de um novo pacto político através de uma Constituinte?

A implosão foi obra de um moralismo hipócrita, conduzida por políticos ressentidos com a hegemonia petistas ao longo de 12 anos, pelo Ministério Público e setores do Judiciário imbuídos de um sentido de

missão redentora e pela mídia monopólica, ditadora de regras. Uma das passagens que mais chamariam a atenção de um estrangeiro nos vídeos na delação da Odebrecht é aquele monólogo do patriarca da família, Emílio Odebrecht, onde confessa seu incômodo com a hipocrisia geral. "O que me entristece é que a imprensa toda sabia. Por que não fizeram isso há 10, 15 anos atrás? Ver vocês, jovens procuradores, querendo mudar as coisas, eu compreendo. Mas os mais velhos, os da minha geração, de todas as áreas, não aceita. Esta imprensa sabia de tudo e agora fica com esta demagogia". Desconcertado, um procurador balbucia algumas palavras sobre "melhorar o nosso país". Mas o que está melhorando com esta demolição?

Na implosão, a bomba de denúncias misturou crimes de corrupção efetiva com financiamento ilegal de campanhas. O caixa dois, "modelo que sempre reinou", ainda segundo o velho Odebrecht, e o pagamento de propinas para a obtenção de vantagens nos negócios com o Estado. Não há mais como separar os feridos pela detonação. O que temos agora são dois poderes esfacelados. Um Congresso sem legitimidade para aprovar nada, e muito menos reformas que tiram direitos, e um Executivo que não tem a menor condição de governar. Além dos desastres que já produziu, seu chefe agora é apontado como chefe de um dos esquemas partidários de corrupção, tendo até negociado uma propina de US\$ 40 milhões.

Leia mais em: <http://migre.me/wrZYA>



17/04/2017 - CUT

País golpeado: retrocessos marcam um ano de aceitação do impeachment

Um ano depois, 17 de abril vira #DiaDaVergonha nas redes sociais

O dia 17 de abril de 2016 entrará para a história como uma data controversa. Foi naquele domingo que a Câmara dos Deputados votou pelo prosseguimento do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), eleita em 2014 com 54,5 milhões de votos. Encorajado por uma série de manifestações populares fomentadas pela mídia tradicional, o plenário aprovou "por Deus, pela pátria e pela família", o encaminhamento do processo para o Senado, após nove horas e 47 minutos de sessão. O motivo principal, mais que o suposto crime de responsabilidade do qual Dilma foi acusada, era levar ao poder um governo que aplicasse um pacote de retrocessos que jamais seria aprovado nas urnas, como defendem movimentos sociais e analistas.

Pelas acusações, Dilma teria cometido crime de responsabilidade por ter assinado decretos de créditos suplementares e cometido as chamadas "pedaladas fiscais". O debate foi árduo, visto que as práticas foram utilizadas por governos anteriores, bem como por diferentes

estados. Argumentos à parte, naquele 17 de abril os tais "crimes" foram pouco citados durante a sessão.

O pedido de impeachment foi elaborado pelos juristas Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr, que foi ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso, e Hélio Bicudo, que chegou a ser vice-prefeito de São Paulo no governo de Marta Suplicy (do PT, entre 2001 e 2005). "Eu acho que a saída da Dilma não vai gerar trauma algum. As pessoas vão respirar fundo, dizendo: 'Puxa, saiu'", previu Bicudo em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em setembro do ano passado.

Se o discurso de Janaína foi visto por muitos como parte de uma performance exaltada, era fato que também traduzia o ódio que cegava alguns dos opositores do governo Dilma. O documento do qual ela havia sido uma das signatárias foi entregue à Câmara em setembro de 2015. Antes disso, 30 pedidos já haviam sido protocolados na Casa e considerados insuficientes para abertura do processo. No dia 2 de dezembro de 2015, Cunha acolheu

o pedido um dia após, como então presidente da Câmara, ter enfrentado uma derrota no Conselho de Ética, onde era alvo de investigação por quebra de decoro parlamentar. Na ocasião, o PT havia fechado questão contra o peemedebista, o que teria o motivado a aceitar o processo contra a presidenta.

Desde então, Cunha – hoje cassado e preso por corrupção – foi o maior agente do impeachment. "Não tínhamos noção completa de quem ele era, não imaginávamos o tamanho da serpente. Serpente criada, apareceu pronto para o que veio. Foi venal, usou todas as possibilidades para conseguir aprovar o impeachment", avalia Roseli. "Temos que lembrar também do juiz Sérgio Moro. Ele tomou atitudes ridículas, como a condução coercitiva do (ex-presidente) Luiz Inácio Lula da Silva, e atitudes criminosas como o vazamento de conversas entre a presidenta e Lula para a TV Globo. O cerco midiático enfraqueceu muito o PT."

Leia mais em: <http://migre.me/ws06x>

17/04/2017 - Carta Capital

Lista de Fachin acende sinal amarelo na base de Temer no Congresso

Tsunami político dificulta mobilização do governo para aprovar reformas

O tsunami político que atingiu ex-presidentes, ministros, governadores, prefeitos, senadores e deputados com a divulgação da chamada "lista de Fachin", com pedidos de abertura de inquérito e com a quebra de sigilo dos depoimentos do núcleo executivo da Odebrecht, alvejou também a base de Michel Temer no Congresso e mostra potencial de imobilizar reformas caras ao governo federal, como a previdenciária e a trabalhista.

Poucas horas após a primeira publicação da lista, feita pelo jornal O Estado de S. Paulo na terça 11, o Congresso esvaziou-se, inviabilizando, pela terceira semana seguida, a votação do projeto de renegociação de dívidas dos estados. Um dos pontos de maior tensão são as contrapartidas (em especial o "ajuste fiscal") exigidas dos entes federativos pelo governo federal em troca do alongamento da dívida e da carência nas parcelas iniciais.

Em meio à turbulência, o discurso do presidente Michel Temer continua na linha de que o país "não pode parar" por conta dos desdobra-

mentos da Operação Lava Jato.

"Aqui no Brasil, se não tomarmos cuidado, daqui a pouco achamos que o Executivo não opera, o Legislativo não opera, o Judiciário não opera. E não é assim. Quando nós criamos a repartição dos órgãos do governo foi precisamente para dar agilidade a toda a atividade pública. Cada um cumpre o seu papel", disse ele.

Temer acrescentou que seu governo tem "apoio especialíssimo" do Congresso Nacional. "Quero muito ressaltar sempre que o Executivo só funciona porque tem apoio do Congresso. Evidentemente nas eventuais divergências ou interpretações equivocadas, quem vai dar a palavra é o Judiciário. É isso que temos que prestigiar cada vez mais", afirmou.

"Portanto, não podemos jamais paralisar o governo. Temos que dar sequência ao governo, dar sequência à atividade legislativa, dar sequência à atividade judiciária", declarou na quarta-feira 12. Leia mais em: <http://migre.me/ws0c1>

16/04/2017 - Brasil 247

Temer confessa: Dilma caiu porque não cedeu à chantagem de Cunha

Michel Temer admitiu, ao vivo e em rede nacional, em entrevista na Band, que Dilma Rousseff foi derrubada porque o PT não salvou o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), no Conselho de Ética da Casa; com tranquilidade, Temer narrou o episódio de chantagem política como se fosse algo absolutamente banal e cuja culpa fosse exclusivamente de Dilma e do PT, por não terem se submetido à chantagem de seu aliado, hoje condenado a mais de 15 anos de prisão por corrupção, evasão de divisas e lavagem de dinheiro; depois de contar sobre o fracasso do arranjo devido à recusa dos petistas, Temer comentou: "Que coisa curiosa! se o PT tivesse votado nele naquele comitê de ética, seria muito provável que a senhora presidente continuasse"; na prática, Temer confessou que houve desvio de finalidade no golpe parlamentar de 2016 e que o impeachment nada teve a ver com as tais pedaladas fiscais

Em entrevista ao vivo na Band na noite deste sábado (15), Michel Temer admitiu que o impeachment de Dilma Rousseff aconteceu porque ela e o PT se recusaram a participar de um pacto para salvar a pele do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB).

Com frieza e demonstrando tranquilidade, deixando claro que considerava o episódio absolutamente normal, Temer narrou a operação com riqueza de detalhes:

Em uma ocasião, ele [Eduardo Cunha] foi me procurar.

Ele me disse 'vou arquivar todos os pedidos de impeachment da presidente, porque prometeram-me os três votos do PT no conselho de ética'. Eu disse que era muito bom, porque assim acabava com essa história de que ele estava na oposição. (...) naquele dia eu disse a ela [Dilma] 'presidente, pode ficar tranquila, o Eduardo Cunha me disse que vai arquivar todos os processos d impedimento'. Ela ficou muito contente e foi bem tranquila para a reunião.

No dia seguinte, eu vejo logo o noticiário dizendo que o presidente do PT e os três membros do partido se insurgiam contra aquela fala e votariam contra [Cunha no Conselho de Ética]. Mais tarde, ele me ligou e disse 'tudo aquilo que eu disse, não vale, vou chamar a imprensa e vou dar início ao processo de impedimento'

Que coisa curiosa! Se o PT tivesse votado nele naquele comitê de ética, seria muito provável que a senhora presidente continuasse.

E quando eu conto isso eu conto para revelar, primeiro, que ele não fez o impedimento por minha causa. E, segundo, que eu não militei para derrubar a presidente."

Na prática, Temer confessou que houve desvio de finalidade no golpe parlamentar de 2016 e que o impeachment nada teve a ver com as tais pedaladas fiscais.

Confira a fala de Temer no vídeo: <https://youtu.be/DQ4E1g3hcOg>

17 de Abril de 2017 - Brasil de Fato

Sobreviventes de massacre lidam com marcas físicas, psicológicas e sociais

Após 21 anos da chacina em Eldorado dos Carajás (PA), trabalhadores relembram o dia 17 de abril



No local onde as mortes ocorreram, no trecho conhecido como Curva do S da PA-275, sem-terra fazem homenagens às vítimas do massacre - Créditos: Marcelo Cruz/Brasil de Fato

No local onde as mortes ocorreram, no trecho conhecido como Curva do S da PA-275, sem-terra fazem homenagens às vítimas do massacre / Marcelo Cruz/Brasil de Fato

A Radioagência Brasil de Fato produziu uma série sobre os 21 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás. No dia 17 de abril de 1996, foram assassinados 21 sem-terra em uma ação da Polícia Militar do estado do Pará para desobstruir um trecho da rodovia PA-275, que estava ocupada por trabalhadores para reivindicar reforma agrária.

No primeiro capítulo, publicado no sábado (15), foram mostradas as lembranças de quem sobreviveu à chacina. No capítulo dois, serão apresentadas as marcas físicas, psicológicas e sociais que ainda estão presentes no cotidiano dos sobreviventes.

Confira o segundo capítulo:

José Carlos Agarito, de 38 anos, vive com uma bala alojada na cabeça que provoca fortes dores.

"Hoje eu não posso trabalhar. Eu não posso pegar uma enxada, pegar uma foice. Eu não posso fazer serviço nenhum. Eu não posso baixar a cabeça. Eu não posso ter alegria, eu não posso ter raiva", relatou.

Um movimento com a cabeça livrou José Carlos de ser atingido por um tiro fatal durante a chacina promovida pela Polícia Militar do Pará, há 21 anos. Ele é um dos sobreviventes do Massacre de Eldorado dos Carajás, que vitimou 21 pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, e deixou 69 feridos em 17 de abril de 1996. Leia mais em: <http://migre.me/ws1sX>